

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1974

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

#### 7ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Ivo Thomazoni — Erendy Silveira — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quêise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rina Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Borsari Netto — Erendy Silveira — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

SUPLENTE: Clavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

SECRETÁRIO: Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

SUPLENTE: Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício Fruct (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruct (MDB)

SUPLENTE: Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Agualdo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruct (MDB)

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Igo Losso — Clavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Agualdo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruct (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

SUPLENTE: Agualdo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel — Quêise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 201.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 19 de Novembro de 1974 (Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados David Federmann e Borsari Neto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio anusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marc'eno Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo e Xenofonte Villanueva (29); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitteli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 48/74, que aprova o Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná para execução de projeto de informação de mercado agrícola. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A. I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 191/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo, celebrado em 22 de fevereiro de 1974, entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado, para execução de projeto de Informação de Mercado Agrícola.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 17 de abril de 1974.

(a) Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

(a) Erondy Silvério — Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER A**  
**PROPOSIÇÃO N.º 48/74**

**MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 17/74**

1 — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 17/74, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Termo Aditivo, celebrado em 22 de fevereiro de 1974, entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado, ao Convênio para execução de projeto de Informação de Mercado Agrícola.

2 — Referido Termo Aditivo encontra amparo legal no art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, onde defere competência ao Governador, cabendo, por força do art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, à Assembléia Legislativa, referendá-lo, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões em 17 de abril de 1974.

(a) Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

(a) Erondy Silvério — Relator.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PARECER AO**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/74**

Autor: Comissão de Constituição e Justiça.

O presente Projeto de Resolução, elaborado pela Comissão de Constituição e Justiça em decorrência da Mensagem Governamental n.º 17/74, objetiva a aprovação por esta Casa de Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura com vistas a execução do projeto de Informação de Mercado Agrícola.

Em se tratando de iniciativa governamental que especifica a dotação orçamentária necessária, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala de Reuniões, em 11 de outubro de 1974.

Quielise Crisóstomo — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/74**

**MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 17-74**

Autor: Comissão de Constituição e Justiça.

**PARECER**

A presente iniciativa de Lei oriunda da Mensagem Governamental, visa aprovar o Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, para execução do Projeto de Informação de Mercado Agrícola.

O projeto vem articulado e justificado de conformidade com o que determina o Regimento Interno.

Quanto a sua oportunidade nada há a opor, pois julgamos necessário ao bom desenvolvimento de nossa agricultura, a qual terá informações precisas do mercado nacional e internacional.

Pelo exposto somos pela sua **aprovação**.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1974.

Antônio Maciel — Presidente.

Antônio Maciel — Relator.

**MENSAGEM — 17/74**

Curitiba, 3 de abril de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 22 de fevereiro de 1974, celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná ao Convênio para execução de projeto de Informação de Mercado Agrícola.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

Termo Aditivo de Convênio que celebram o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, para execução de um projeto de Informação de Mercado Agrícola.

Aos 22 dias do mês de fevereiro de hum mil novecentos e setenta e quatro, na sede da Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura do Estado do Paraná, presentes o Diretor Estadual Doutor João Palma Moreira, neste ato representando o Ministério da Agricultura, conforme delegação de competência "ex-vi" da Portaria Ministerial número 259 de 25 de junho de 1970, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 1970, e o Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Doutor José Cassiano Gomes dos Reis Júnior, neste ato representando a Secretaria da Agricultura, conforme autorização governamental exarada no Ofício n.º 75/74-G da Secretaria da Agricultura, resolveram perante testemunhas instrumentárias celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio existente entre ambos, firmado aos 30 dias de março de 1971, objetivando manter a atual agência do Serviço de Informação de Mercado Agrícola de Curitiba, bem como ampliar as atividades do serviço através a criação de subagências nas cidades de Londrina, Maringá e Cascavel. Para tanto, fica retificada a cláusula segunda, item I, alínea "a" do citado instrumento, ficando, ainda, acrescentada a mesma cláusula segunda, item II, a alínea "f", na conformidade do exposto abaixo:

Cláusula Segunda, item I — alínea "a": — concorrer no presente exercício com a quantia de Cr\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil cruzeiros), destacada do projeto número 1329.02.02.2024-001 — "Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais" — Mercado Agrícola, destinado a atender a agência do SIMA de Curitiba. O cronograma de desembolso desta quantia é o seguinte:

**RESUMO — ANO — 1974 — Agência Curitiba**

Período	Pagamento Cr\$	Percentual %
1.º Trimestre	14.750,00	25,00
2.º Trimestre	14.750,00	25,00
3.º Trimestre	14.750,00	25,00
4.º Trimestre	14.750,00	25,00
<b>T O T A L</b>	<b>59.000,00</b>	<b>100,00</b>

As subagências a serem instaladas, receberão uma dotação de Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros) destacada do projeto número 0202-2024-001.00 — "Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais — Mercado Agrícola, e terão as mesmas finalidades e obrigações atribuídas à agência instalada na sede da Secretaria da Agricultura em Curitiba. O cronograma de desembolso destes recursos é apresentado a seguir:

**RESUMO — ANO — 1974 — Subagências**

Período	Pagamento Cr\$	Percentual %
1.º Trimestre	30.000,00	40%
2.º Trimestre	15.000,00	20%
3.º Trimestre	15.000,00	20%
4.º Trimestre	15.000,00	20%
<b>T O T A L</b>	<b>75.000,00</b>	<b>100%</b>

A participação da Secretaria da Agricultura, especificada no item II da cláusula segunda do convênio original, fica acrescentada pela inclusão da alínea f, que terá a seguinte redação:

f) concorrer no presente exercício, com os recursos de Cr\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros) alocados no orçamento do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura, sob o Título "Projeto de Interiorização de Serviço de Informação de Mercado Agrícola" — Código 4108.0202.1088 — elemento de despesa 3.1.4.0, subelemento 17 (Acordos e Convênios), cujo empenho de n.º O.S. 54/74 e C.G. 942 foi emitido pela Contadoria Seccional da Secretaria da Agricultura.

O plano de aplicação dos recursos da Secretaria e do Ministério da Agricultura, referente ao projeto de interiorização do serviço de informação de mercado agrícola, consta do projeto técnico-financeiro que passa a fazer parte integrante e complementar deste termo aditivo.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio e, para firmeza e validade do que se convencionou, foi lavrado o presente Termo Aditivo em 6 vias de igual teor e forma, e que será transcrito em livro próprio.

João Palma Moreira — pelo Ministério da Agricultura

José Cassiano Gomes dos Reis Júnior — pela Secretaria da Agricultura

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/74.

Levanta-se a Sessão.

**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 202.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 19 de Novembro de 1974 (Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Naclil — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo e Xeno-fonte Villanueva (29); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

**REQUERIMENTOS:**

- de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 84/74.
- de autoria do Senhor Deputado Santos Lima, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 179/74.
- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão, do Projeto de Lei n.º 176/74.

**S U B S T I T U T I V O**  
**ao Projeto de Lei n.º 163/74**

Art. 1.º — As taxas de Segurança Pública, criadas pela Lei n.º 5.482, de 20 de janeiro de 1967, cobradas para atender despesas resultantes de atividades prestadas pelo Estado e decorrentes do exercício regular do Poder de Polícia, passam a ter os seus valores calculados em percentuais incidentes sobre o maior salário mínimo vigente no Estado do Paraná, para vigorar durante o exercício de 1975, de acordo com as tabelas anexas.

§ 1.º — No resultado de cálculo dos valores das referidas taxas, serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro).

§ 2.º — Até o dia 31 de dezembro do corrente ano, a Secretaria de Segurança publicará Resolução com as tabelas reajustadas, nos termos deste artigo, para efeito de cobrança.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1975, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1974.

(a) Erondy Silvério

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 163/74, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. — Necessita de apoio-momento. — Apoiado. Será anexado ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101/74, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, a Paul Garfunkel. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65/74, que dispõe sobre novos valores das Taxas de Segurança Pública, criadas pela Lei n.º 5.482, de 20-01-67. SEM PARECER. — Aprovado, artigo por artigo. Aprovado substitutivo de Plenário.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 58/74, que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça como integrantes da carreira do Ministério Público, 3 (três) cargos de Curador da Fazenda Pública e 1 (um) cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179/69, de autoria do Dep. Luiz R. Malucelli, que estabelece laudo de exame psicotécnico, a candidatos inscritos para concurso de ingresso no Magistério Público Estadual, de qualquer grau. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P.

**PROJETO DE LEI N.º 179/69**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Os candidatos que se inscreverem para concurso de ingresso no Magistério Público Estadual, de qualquer grau, devem apresentar, além de outros documentos, laudo de exame Psico-Técnico.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1969.

(a) Luiz Renato Malucelli

**JUSTIFICATIVA:**

Já se exige o exame Psico-Técnico para muitas atividades ou funções públicas.

O magistério, indiscutivelmente, é uma função que reclama de quem se dispõem a exercê-la uma preparação metódica e adequada, tendo em vista que a tarefa de educar é das mais complexas que o Estado pode delegar.

O candidato, assim, deve merecer por parte do Poder Público o mais cauteloso exame, não só no que diz respeito a sua capacidade profissional propriamente dita, como também em relação a sua formação moral, e bem assim o seu equilíbrio psicológico.

Ora, com relação ao equilíbrio psicológico do candidato, a providência a ser tomada será a de submetê-lo a um exame desta natureza, isto é, a um exame psico-técnico.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 179/69**

I — O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre ex-Deputado Luiz Renato Malucelli, visa incluir o laudo de exame Psico-Técnico nos concursos de ingresso no Magistério Público Estadual, como documento para inscrição.

II — A proposição atende às exigências da Lei pertinentes à matéria, e, do ponto de vista constitucional e legal, está em condições de ser aprovada pela Casa.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1973.

Antônio Costa — Presidente

Antônio Lopes Júnior — Relator

(Ass. ilegíveis)

**P A R E C E R**

**AO PROJETO DE LEI N.º 179/69**

**AUTOR: Deputado LUIZ RENATO MALUCELLI**

O Projeto de Lei n.º 179-69, de autoria do ex-Deputado Luiz Renato Malucelli objetiva tornar exigência para o ingresso no magistério público, o exame psicotécnico.

É louvável essa iniciativa que demonstra o zelo do legislador pela causa educacional.

Somos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Reuniões, em 3 de abril de 1974.

Antônio Lopes Júnior — Presidente

Olavo Ferreira — Relator

O SR. MUGGIATI FILHO — Pego a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

Desejaria consignar o nosso veto contrário ao projeto a fim de que fique bem claro que consideramos a exigência do projeto em votação embora o respeitável parecer da Comissão que o examinou consideramos o projeto inadequado ao processamento dos concursos para ingresso no Magistério Público do Estado. A exigência do laudo psicotécnico, tal como está posto neste projeto, nos parece que está a atentar contra o Estatuto do Magistério e contra as normas próprias do bom senso. Porque seria o caso até de se ferir o que até aqui tem sido feito em matéria de concurso, além de colocar um apêndice à legislação vigente.

Entendemos que, salvo melhor explicação, esse projeto nos parece pelo que consta do seu processamento, que atenta contra as normas até do bom senso, pois isso seria o mesmo que exigir, em exame vestibular, o laudo psicotécnico o mesmo que exigir, na diplomação de Deputados, o laudo psicotécnico. Não nos parece que essa exigência atenda a algum princípio seja de lei, ou de norma, ou de regulamento, vigentes no País. Muito ao contrário, parece-nos que vai criar embaraço aos candidatos que irão ingressar no Magistério. Essa exigência, logicamente, deveria ser da escola que diplomou o candidato, que o considerou habilitado, capacitado, para exercer sua profissão.

Portanto, nos parece que essa exigência é descabida e ilegal.

Era o que queríamos registrar, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei n.º 179/69.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ex-Deputado Luiz Renato Malucelli, realmente, pretendeu, no nosso entendimento, complicar a realização de concurso para ingresso no Magistério Público Estadual.

Quero, Sr. Presidente, deixar a minha opinião acerca deste Projeto de Lei: votarei contra a aprovação do mesmo; não que me pareça um absurdo o que pretende o Sr. Deputado autor da proposição. Parece-me que nenhum benefício trará para a pretendida melhoria de nível dos futuros integrantes do Magistério Público Estadual, o exame psicotécnico. Aliás o psicotécnico ficou desmoralizado desde que o índice de acidentes de trânsito tem aumentado assustadoramente. Depois que os motoristas quer amadores, quer profissionais foram submetidos a essa eludido exame psicotécnico os acidentes aumentaram bastante.

Quer me parecer que nenhum benefício trará nem ao Poder Público e nem aos futuros concursos, porque a ninguém é dado contestar a lisura do psicotécnico porquanto a aprovação ou reprovação do candidato depende tão somente do parecer de um ilustre psicólogo.

No meu entender como está, está bem posto que o candidato se submeta ao concurso e seja aprovado. É o bastante para que cumprida as exigências da lei seja o candidato provido no cargo para o qual se candidatou. Voto contra o projeto do Sr. Luiz Renato Malucelli. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Projeto de Lei n.º 179/79.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não vou me ater ao projeto em si, mas a uma afirmação muito importante do Líder do Governo nesta Casa, já que o povo paranaense houve por bem reeleger o nobre Deputado Ivo Thomazoni como um de seus representantes, quero fazer um apelo a S. Exa. Não só na qualidade de Líder do atual Governador, mas como colaborador eficiente que por certo será do futuro Governador apelo a S. Exa., que diga isto que disse desta Tribuna não somente ao Governador Emílio Gomes, mas ao futuro Governador, isto é, da inutilidade do exame psicotécnico.

Já está provado que o exame psicotécnico serve apenas para sustentar a máquina de ganhar dinheiro montada pela Faculdade Católica de Direito. Num momento muito infeliz o ex-Diretor do Detran houve por bem assinar um convênio entre a Faculdade Católica e aquela entidade. Denunciamos, muitas vezes, a moralidade e daqueles exames, onde o examinado invariavelmente no primeiro teste é reprovado. Paga a taxa de Cr\$ 44,00, Cr\$ 39,00 vai para a Faculdade e Cr\$ 5,00 vai para o Governo, quando deveria ser o contrário,

é o candidato aprovado em sua segunda tentativa. É uma máquina de ganhar dinheiro de extorquís dinheiro do povo. Por isto e por muitas outras razões é que se verificou esta revolução através do voto do povo não só no Paraná, mas de toda a Nação. São absurdos como estes, de técnicos que se arvoram em donos da verdade é que fizeram o povo dar uma lição ao Governo, uma lição silenciosa através do voto.

O nobre Deputado Ivo Thomazoni tem a oportunidade de continuar representando o povo nesta Casa. Então vá ao Governo e diga isto. O exame psicotécnico é inútil, não serve de nada. Tenho experiência nas minhas atividades particulares porque lido com motoristas. Os motoristas que se submetem ao exame psicotécnico são os piores motoristas. Os que foram reprovados no exame psicotécnico são os que não batem, os que nunca dão trombadas, que nunca tem problemas. Esta afirmativa eu faço, porque a nossa firma exigia, anteriormente, que os seus candidatos a emprego de motoristas se submetessem a exames, numa entidade de Curitiba, numa entidade particular, e quando eles eram aprovados, geralmente traziam problemas à administração da firma; então, somente quando a firma abandonou a prática de exigir exames psicotécnicos, é que pode deter, em parte, a onda de acidentes. Portanto, eu tenho tido provas, o testemunho de diversas pessoas experientes, pessoas técnicas no assunto que atestam a inutilidade do exame psicotécnico a fim de que se evite determinados tipos de acidentes.

Então, a afirmação do nobre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, é muito importante para o povo do Paraná. O que o Governo tem que fazer é revogar esse convênio absurdo, fazer os exames retornarem à competência do Estado, através do Departamento Médico, Legal, continuar como era antes, isto é, quando o cidadão não fazia nada de exame psicotécnico, ele ia lá, fazia um exame de vista rigoroso, era habilitado e não se verificavam acidentes tão pavorosos quanto os de hoje, porque o sujeito hoje que tem a aprovação de um exame psicotécnico, ele se julga o dono do mundo e passa a correr 150 km por hora, ao volante do seu carro. A Lei do povo, está sendo fraudada. O Governo está perdendo 150 milhões de cruzeiros novos, por ano, com este convênio absurdo, convênio do Governo de triste memória de Haroldo, Leoni, Pares. (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o nobre Deputado Erondy Silvério, entendeu que eu havia externado a minha opinião, como Líder do Governo.

Eu fui taxativo: que eu, Deputado Ivo Thomazoni votarei contra o Projeto de Lei.

O Sr. Erondy Silvério, — Somente declarei a condição de Líder, aliás de brilhante Líder que V. Exa. é.

O SR. IVO THOMAZONI — Como Deputado, votarei contra, mesmo porque hoje estou revoltado, por acidentes pavorosos que aconteceram em Pato Branco, ontem.

Realmente, o cidadão, ao possuir o exame psicotécnico, considera-se dono do mundo.

Não, acredito, que o exame psicotécnico valha para alguma coisa.

O SR. IRIS CALDART — (Pela Ordem) Sr. Presidente e Srs. Deputados, apenas para corroborar, e solidarizar-me com as afirmações do nobre Deputado Erondy Silvério, a propósito deste problema, inclusive deste caso, da obrigatoriedade do exame psicotécnico, na admissão de professores ou professores, ao Magistério Público Estadual. Esta é uma medida ineficaz, absurda, que serve apenas para corromper e para ser corrompido.

Quero dar o meu testemunho com respeito a este fato, a esta entrega de exames psicotécnicos, ocorrida, agora, em Cascavel, por ocasião das eleições. Acredito que aproximadamente 5.000 carteirinhas de psicotécnicos e de motoristas, foram entregues a pessoas, daquela região, em homenagem à campanha política, a serviço de campanhas políticas de certos candidatos da região, entregues com um bilhete de certos cabos eleitorais.

É bom que o Sr. Líder do Governo anote estes fatos, porque é espantoso, é incrível a quantidade de acidentes e de pessoas que não tem condições de receber habilitação, e agora ainda acontecem fatos como este, incrível, quando aproximadamente 5.000 carteirinhas de psicotécnicos e de motoristas foram entregues a cabos eleitorais para distribuí-las a eleitores daquela região, e faço isso em sentido genérico e muito à vontade porque não concorro à essa eleição e faço isso tranquilo e com a consciência tranquila e feliz, e do episódio político não venho, consequentemente fazer acusações a quem quer que seja. A minha contribuição é para colaborar com o poder público e com o Governo, com a administração inclusive e procurar minimizar evitar que se faça indiscriminadamente a entrega destas carteirinhas de motoristas e de psicotécnicos a pessoas que não tem condições de recebê-las. Isto, inclusive, sob o aspecto do fato e o fato era de que este exame psicotécnico é ineficaz, não serve para coisa alguma não resolve coisa alguma. — (Sem revisão do orador).

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, nós ouvimos a palavra do Líder do Governo do Deputado Erondy Silvério e do nosso amigo Iris Caldart que não disputou a eleição. Gostaria que o Líder do Governo, o Governo tomasse conhecimento do fato, não só da denúncia feita hoje aqui pelo Deputado mas também com referência ao exame psicotécnico. É uma vergonha, não só cabos eleitorais como os candidatos que disputaram, deveriam ser nominalmente citados para responsabilizá-los, porque tem acontecido em diversas regiões e acho oportuno que o Governo do Estado, não só com referência ao exame psicotécnico mas também com referência ao uso da máquina governamental nas eleições. Há necessidade de conhecimento dos nomes dos que usaram a máquina do Governo para fazer política e sejam punidos. É necessário que se peça ao Governo que tome conhecimento destas denúncias que são de muita responsabilidade, porque o motorista que vai à praça pública não poderá receber carteira vendida sem fazer seu exame. Podemos afirmar que ainda hoje telefonamos ao Diretor do Trânsito para que tomasse conhecimento desses exames psicotécnicos da minha região. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Projeto de Lei n.º 179/69.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente. Para encaminhamento de votação.

Foi muito oportuno este encaminhamento de votação do nobre Deputado, como também o do nobre Deputado Erondy Silvério. Acho um absurdo este exame psicotécnico e mesmo o exame para motorista. Nós também votaremos contrários a este parecer. Muita coisa tem que ser alterada pelo Congresso Nacional. Vou votar contrário ao mesmo parecer. — (Sem revisão do orador).

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Sr. Presidente. Para encaminhar a votação.

Aproveitando a oportunidade em que vários Deputados falaram encami-

nhando a votação, acho necessário e oportuno também que se façam algumas considerações a respeito de fazer uma diferença entre exame psicotécnico conforme se realiza aqui no Paraná para obtenção da carteira e exame psicológico de personalidade. Este é feito individual, leva 40 minutos, uma hora cada candidato, por um médico psicológico e mais um elemento. Por isso, se porventura fosse necessário, em vez de exame psicotécnico, simplesmente em que se faz exame psicotécnico, em massa, eu optaria para que se fizesse um exame psicológico de personalidade não só para ingresso no magistério como em todas as atividades. — (Sem revisão do orador).

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 273/71, de autoria do Dep. Quíelise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através da S.P.O.P., um prédio para o Ginásio Estadual da sede do Município de Itaguapé. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 273/71  
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria de Obras, o prédio do Ginásio Estadual na Sede do Município de Itaguapé.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

Quíelise Crisóstomo da Silva — Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio de Itaguapé funciona, atualmente em prédio de condições precárias. Nestas condições, julgamos conveniente a apresentação do presente plano de Lei, que esperamos ver aprovado, para que não tenhamos cerca de 300 alunos sem condições de continuar os estudos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 273/71

P A R E C E R

Meramente autorizatório e devidamente articulado, o presente Projeto de autoria do nobre Dep. Quíelise Crisóstomo da Silva, não esbarra com arestas legais.

Somos pelo deferimento.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 273/71

1. — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Quíelise Crisóstomo da Silva, objetiva-se autorizar o Poder Executivo a construir um Ginásio na sede do Município de Itaguapé.

2. — Sobre a proposição a douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente.

3. — Quanto ao aspecto financeiro, que a mesma encerra nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 273/71

1 — Objetiva o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Quíelise Crisóstomo da Silva autorizar o Poder Executivo a construir, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, o prédio do Ginásio Estadual na sede do Município de Itaguapé.

2 — Com pareceres favoráveis já opinaram as ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, sobre o projeto em tela.

3 — Não há qualquer restrição a fazer quanto ao mérito da referida proposição, por esta razão, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

Borsari Neto — Presidente

Hélio Manfrinato — Relator

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 273/71

Autor: Deputado QUIEISE CRISÓSTOMO

O Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Quíelise Crisóstomo, sob o n.º 273/71, autoriza o Poder Executivo a construir o prédio do Ginásio Estadual de Itaguapé.

A reforma, do ensino, as modernas técnicas de educar, exigem cada vez mais instalações adequadas à sua aplicação. Cabe ao Poder Público prover a esta necessidade, dotando os municípios de próprios que possam realmente atender as suas finalidades.

Pela APROVAÇÃO é o nosso Parecer.

Sala das Reuniões, em 3 de abril de 1974.

Antonio Loper Junior — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — Rejeitado.

Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 84/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 179/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão, do Projeto de Lei n.º 176-74. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 163/74 e 155/74.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 273/71.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 169/73, 84/74 e 176/74.

Levanta-se a Sessão.